

História, literatura e memória: Uma discussão Sobre universos fronteiriços¹

*Literature and memory:
a discussion about
borderline universes*

Monica Pimenta Velloso

Doutora em História, historiadora, Pós-Doutoramento na EHESS/Paris, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa e do CNPq.

Recebido para publicação em dezembro de 2011.

Aprovado para publicação em janeiro de 2012.

Resumo

A partir de uma panorâmica das mudanças epistemológicas, propõe-se discutir as contribuições da história cultural e das sensibilidades. Destaca-se em particular, o diálogo entre a história e a literatura que redundam em mudanças recíprocas, integrando novas estratégias narrativas e redimensionamento da realidade social. Sugere a possibilidade de repensar a modernidade brasileira a partir de um clássico da literatura, mostrando-se como no início do século XX, *D. Quixote* de Cervantes serviu para discutir a problemática da exclusão na cena internacional. Matriz da história, a memória é abordada aqui nas suas complexas injunções, trazendo-se a discussão para o âmbito da cultura brasileira. A oficina do historiador constitui-se no arcabouço do texto que faz dialogar fundamentos teórico metodológicos e aspectos concretos da pesquisa histórica. A história como discurso de representação da realidade é objeto de discussões, inserindo-se o debate na panorâmica da pós-modernidade. Alerta-se o historiador para o uso crítico das fontes em um cenário marcado pela reconstrução constante das identidades nacionais e pelo caráter fronteiriço do campo de conhecimento.

Palavras-chave: História e literatura; história e memória; história cultural; história das sensibilidades; interdisciplinaridades.

Abstract

Starting from a overview of the epistemological changes it's proposed the discussion of the contributions of cultural history and sensibilities.

It's highlighted the particular dialogue between history and literature that leads to mutual changes integrating new narrative strategies and resizing of the social reality. Suggests the possibility of rethinking the Brazilian modernity from a classic of literature; showing how in the beginning of the 20th century, *D. Quixote* de Cervantes served to discuss the problematic of exclusion in the international scene. Matrix of history, the memory is addressed here in its complexes injunctions bringing the discussion to the scope of Brazilian culture. The historian's workshop is constituted by the text framework that creates a dialogue between theoretical methodological fundamentals and concrete aspects of the historical research. History as a speech of representation of reality is an object of discussions with the debate inserted in the postmodernity panorama. The historian must do a critical use of the sources in a scenario marked by the constant reconstruction of national identities and by the borderline character of the field of knowledge.

Keywords: History and literature; history and memory; cultural history; sensibilities history; interdisciplinarity.

Vou propor algumas questões que marcaram as mudanças epistemológicas no campo historiográfico, mostrando como a história cultural e das sensibilidades vêm se articulando a este debate. Creio que essa discussão possa estimular indagações ajudando a apurar o diálogo interdisciplinar que vem propiciando a elaboração de novas linhas de ensino e pesquisa, direção na qual vem trabalhando o UNILASALLE.

Neste sentido, parece interessante abordar o tema, trazendo-o para o terreno concreto da pesquisa historiográfica. Aponta-se para uma forma de trabalhar o universo conceitual e mapear questões com as quais se depara necessariamente o historiador na estruturação da sua oficina. Neste recorte, destaca-se o diálogo imprescindível entre *Clio* e *Mnemosine*.

Hoje é inviável pensarmos a história como ressurreição triunfante do passado, como postulava Michelet. A memória funciona como um fio de Ariadne conduzindo a outras vozes, desdobrando-se continuamente em novas camadas de significação e sentido. Ao chamar atenção para as práticas culturais e representações coletivas relacionadas à constituição das identidades nacionais, Pierre Nora reconfigurou de forma decisiva o campo da história.²

Novos suportes de memórias individuais e coletivas, novos agentes, novas

interferências produzindo acesso a outras temporalidades.

Tais ideias são evocadas em um diálogo recente entre Humberto Ecco e Jean-Claude Carrière. Historiadores, filósofos, bibliófilos, colecionadores de obras raras e também ávidos leitores, eles nos sugerem reflexões sobre a memória histórica a partir dos clássicos literários.³

Discutindo possibilidades de leitura suscitadas pelos clássicos, os autores reafirmam uma das operações básicas do historiador: o percurso entre passado/presente articulando diferentes construções sobre o acontecido.

Se pudermos analisar a influência da obra de Cervantes sobre Kafka, também podemos ensaiar outro percurso: a influência de Kafka na obra de Cervantes.⁴

A época em que vivemos, nossas experiências pessoais, as informações que recebemos, a maneira como as elaboramos, os trabalhos da memória (eleições, exclusões, articulações), incluindo os pequenos incidentes cotidianos, certamente tudo isso interfere na leitura das obras antigas. Livros sempre nos chegam transpassados pela temporalidade do presente e impregnados de informações integradas imperceptivelmente ao texto original. Se leio Kafka antes de Cervantes, através de mim e sem sabê-lo, Kafka modificará minha leitura de Cervantes.

As grandes obras literárias se contagiam mutuamente graças a nós. Construtor de sentidos o leitor interfere ativa e criativamente na produção do texto.

Evocando o historiador na condição de leitor, tais ideias configuram um campo minado pelo jogo das subjetividades que são elemento de fertilidade, mas também fonte de problemas.

A cultura da globalização acarretou uma crise de paradigmas que vem modificando sensivelmente o campo da história que até a década de 1970 era considerado homogêneo. Essa discussão epistemológica, de certa forma, permanece em aberto, pois ainda não dispomos de sistematização de procedimentos a serem adotados. A história apresenta-se como um campo em construção lidando com passados recompostos. O historiador não é mais o senhor do passado nem o dono da memória em uma conjuntura de trocas férteis com as ciências sociais, a literatura e as artes.⁵

Hoje, mais do que nunca, está em primeiro plano o trabalho interpretativo do historiador. Reflexões de caráter fronteiriço vêm desempenhando papéis importantes no refinamento conceitual de uma história capaz de aliar capacidade crítico-reflexiva e inventivo-criadora.

Essa discussão que se iniciou em meados da década de 1970 foi responsável pelo fenômeno bastante conhecido do *linguist*

turn. Inspirando-se nos críticos literários e filósofos franceses da “desconstrução”, dentre os quais, Barthes, Foucault, Derrida e Deleuze, alguns historiadores alertaram para os procedimentos textuais e narrativos através dos quais a história enunciava seu estatuto de verdade. Elaborando uma análise dos recursos narrativos dos historiadores oitocentistas, Hayden White enfatizava a correspondência entre os discursos históricos e narrativos. Afirmou que a história era um “gênero literário” como outro qualquer, não tendo um regime de verdade superior ao romance. Pouco depois, admitia que os “eventos históricos” e “eventos ficcionais” diferiam entre si.⁶ Na ocasião o que estava sendo posto em questão era o estatuto da história, então associado aos paradigmas filosóficos da ciência.

Neste sentido o *linguist turn* desencadeou o equivalente a uma verdadeira “revolução de costumes” no mundo dos historiadores da década de 1970. A ideia de verdade e de objetividade e as relações entre “realidade” e “representação” que se constituíam na base do conhecimento histórico estavam definitivamente postas em questão.

Na França esse debate foi mediatizado, sobretudo, por Roger Chartier. Uma das suas contribuições pioneiras consistiu na reavaliação crítica do postulado que opunha

textos documentais e literários. Priorizando o uso dos textos e as várias modalidades de apropriação, Chartier colocou em foco a análise das práticas culturais. A dinâmica da leitura impôs-se como centro do debate. Urgia integrar sentidos e materialidades até então dissociados. Jean Goulemot marcava a necessidade de se considerarem os lugares, situações, modos de leitura e gestualidades corpóreas como novas chaves interpretativas.⁷

As revistas de grande circulação do Rio de Janeiro no início do século XX, através de suas caricaturas e propagandas revelavam outras formas de ler que extrapolavam o domínio das culturas letradas. Revelavam-se aí, práticas de leitura fortemente ligadas às tradições dos sons e das oralidades. Em uma capa de *O Malho* (1903) mostra-se um grupo de leitores populares postados em círculo. Debruçados sobre as imagens, eles riem, gesticulam e tateiam as páginas com as mãos. A imagem deixa claro que não se lê apenas com os olhos, mas também através das expressões fisionômicas, gestos e posturas corporais.⁸

Processos de memorização social, intertextualidades e o dialogismo de memórias configuram referências fundamentais para os historiadores.

Outra questão indispensável, no atual debate historiográfico, é a necessidade de se rediscutirem as especificidades e os elos de

comunicação que pautam a constituição dos discursos histórico e literário.

Vou desenvolver essa questão, dialogando com o clássico de Cervantes que teve na América, desdobramentos e releituras bem mais complexos do que se supõe. É necessário considerar que a Europa não era apenas uma identidade geográfica, mas também espiritual e, por isso, a crise de valores vislumbrada pela obra de Cervantes adquire outros significados e abrangência. Essa visão transnacional abrindo para um horizonte universal de valores, nos possibilita refletir mais a fundo sobre as conexões entre a história e a literatura.

Estamos pensando Cervantes como um dos fundadores dos tempos modernos, buscando entender os deslocamentos através dos quais chega ao Brasil e aos brasileiros. A recepção de *D Quixote de La Mancha* (1605/15) é o tema que nos interessa.

Na virada do século XIX, surgiu em vários países da América Latina, no Brasil e também na Península Ibérica uma rede de revistas de humor e de caricatura intituladas *D Quixote*; algumas foram batizadas de *Sancho Pança*. Tais publicações abordavam uma questão comum: o processo conflituoso da instauração da modernidade na política, nas letras e nas artes.

Como havia se dado essa transposição de valores? Como se processara a invenção de

personagens expressando demandas comuns em continentes e países de temporalidades e histórias tão distintas? A categoria da *representação* sugere algumas pistas de análise.

Na virada do século XIX um dos temas polêmicos era a posição de marginalidade atribuída aos intelectuais latino-americanos. Representados como idealistas, altruístas e sonhadores eram considerados indivíduos pouco afeitos à tarefa de lidar com a “realidade”.

No Brasil, tais ideias encontraram solo fértil, pois os intelectuais se sentiam frequentemente alijados do processo decisório. Protestavam contra a falta de reconhecimento social que baldava seus esforços de atuação. Desiludidos com o regime republicano (o qual muitos deles ajudaram a implantar) o apontavam como causa da “falência do intelectual”. Tais representações são importantes para entender as sintonias que se estabelecerão com a obra clássica de Cervantes

Outra questão fundamental na oficina do historiador é a análise das fontes, buscando entendê-las na sua materialidade e construção de sentidos. No caso, interessa perceber como a obra de Cervantes foi apropriada e ressignificada: como se deu a transformação do suporte livro (obra prima) em revista (obra divulgação)?

É necessário ter em mente os canais de comunicação entre as culturas eruditas e populares, questão essa que nos remete à particularidade das memórias sociais no processo de criação de imaginários/simbolizações. No Brasil, país de rica tradição oral, os personagens de Cervantes não tiveram a sua difusão assegurada apenas pelos livros. Chegaram frequentemente através de uma memória materializada através de contos, provérbios, refrões, jogos de palavras e adivinhas.⁹

Importante lembrar que o primeiro volume da obra de Cervantes foi escrito em 1605, conjuntura em que o Brasil se encontrava ainda sob o domínio da Espanha. Mesmo considerando-se a distância, o rígido controle sobre a imprensa e as dificuldades de contato, já existiam canais de comunicação entre essas culturas.

Foram através das memórias e tradições orais dos imigrantes espanhóis (grande parte deles agricultores e lavradores) que nos chegaram as primeiras narrativas de Cervantes. Fato esse que favoreceu uma leitura de cunho popular da obra. Provavelmente foi essa leitura um dos componentes inspiradores do imaginário das revistas brasileiras. Mas ainda fica a questão: o que levaria os imigrantes espanhóis no Brasil e posteriormente os latino-americanos a

voltar os olhos para Miguel de Cervantes e o seu burlesco Quixote?

No contexto em que Cervantes escrevia a sua obra, a Espanha enfrentava intensas lutas internas advindas do próprio processo de construção da nacionalidade. Buscava-se construir uma identidade homogênea fazendo-a aparecer como fruto da tradição ocidental e da fé cristã. Com isso, apagavam-se séculos de memórias que atestavam um passado árabe judaico espanhol. A narrativa cervantina insurge-se contra essa invenção, mas o faz de forma ambígua. Recorre aos personagens para expressar a voz dos mouros, exilados e rejeitados no seu próprio país. Mas se Cervantes mostrava simpatia cúmplice (ele próprio sofrera como etnia excluída), também integrava preconceitos em relação aos árabes que “mentem muito”.¹⁰ Apontar vítimas, mas não se fazer cúmplice do processo de vitimação. Cervantes destacou a força das contradições que movem a história da existência humana.

Certamente foi esse um dos motivos que tornou D. Quixote um símbolo emblemático, configurando uma das obras mais populares da literatura que permanece desafiando a interpretação dos séculos.

Como na Espanha, também os países latino-americanos tiveram uma história conturbada pela violência dos conflitos étnicos e culturais. Certamente, podemos

encontrar aí eles identificadores e de reconhecimento histórico entre Europa e América, mas também indagações que abalariam definitivamente o paradigma de uma verdade absoluta. Inaugurando os tempos modernos, a obra de Cervantes traduz a ambiguidade das verdades através do ego imaginário dos seus personagens. No seio da tradição filosófica ocidental, o pensamento do autor impõe-se como um dos marcos referenciais, ajudando a redefinir a discussão do paradigma historiográfico da verdade. Através do Quixote se lida com a questão espinhosa das competências do discurso histórico e literário:

Os historiadores devem ser precisos, verídicos e imparciais e nem os interesses e os temores, o rancor e a afeição deveriam levá-los a torcer o caminho da verdade, cuja mãe é a história, êmulo do tempo depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.¹¹

Percebendo o caráter ilusório dessa visão visceralmente comprometida com o ideal da verdade, Cervantes abria uma brecha para os sentimentos e ambiguidades humanas. Interesses, temores, rancores e afeições revelavam um universo multifacetado e povoado pelas verdades relativas que geravam indagações e angústias. Posto em questão o paradigma da “verdade dos fatos” desencadeou (e ainda desencadeia) polêmicas

sobre a natureza do conhecimento historiográfico.

Nesta panorâmica, é importante termos nítida uma questão: a necessidade de abandonar a perspectiva comparativa. Apesar de estabelecerem diálogo entre si, história e literatura postulam domínios de natureza distinta. Consequentemente serão distintos os seus procedimentos e escritas. Historicamente, a tentativa de fazer convergirem os domínios da história e da literatura trouxe mais problemas do que esclarecimentos.

Foi o que se observou em relação ao realismo psicológico que acabou consolidando na literatura uma tradição da verdade que chega até os dias de hoje. Como designação estética e quando usado pela primeira vez em 1835, *realismo* indicava “verdade humana” de Rembrand em contraste com “idealismo poético” da pintura neoclássica. O termo adquiriu sentido especificamente literário em 1856 quando foi criado o jornal *Realisme*. Com o passar do tempo, geraram-se equívocos de compreensão passando o senso comum a identificar o “realismo” como antônimo de “idealismo”.

Na realidade o autor realista está dominado pelo mito de Asmodeia: busca erguer os telhados, ver através, despir, decifrar, iluminar. Trata-se de uma narrativa

que se institui, sobretudo, como revelação pedagógica; almeja o pormenor e os detalhes supondo-os expressão capaz de dar concretude à vida “tal como é”. Visto dessa forma, o real transforma-se em campo complexo de dados nomeáveis e numeráveis, cabendo ao romancista inventariá-lo.

Também a relação autor e leitor é reconfigurada. Forja-se uma espécie de pacto tácito entre o autor e o público, ficando o primeiro encarregado de inventar apenas pessoas e situações “reais”.¹² Cobrava-se do autor justeza de dados e de informações: aparência física, modo vestir, de falar e de se comportar do personagem deveriam ser tão “reais” quanto possível.

Esse paradigma marcou alguns momentos na trajetória da cultura brasileira destacando-se sobretudo na articulação do projeto literário do Estado Novo (1937-45). No suplemento literário do jornal *A manhã*, porta voz do regime autoritário, Euclides da Cunha surge como intelectual modelo em contraposição à Machado de Assis. A argumentação era clara: a obra de Euclides revelava a “verdadeira face” do Brasil (rural) e a dos seus habitantes, construindo-se a narrativa de forma clara, objetiva e informativa. Predominava a representação do Brasil como retrato fiel à realidade. Referenciando-se pelo cenário urbano, explorando a densidade psicológica e o

conflito dos seus personagens, Machado de Assis construiria uma visão artificial de brasilidade, referenciada pelos modelos cosmopolitas e europeizados. Rejeição ao nacional e regional, pretensão ao universal. Mas principalmente pelo fato de “esconder” a sua condição de mulato pobre, o escritor ganhou no Estado Novo o epíteto de alienado e alienígena.¹³

A voz do autor é uma das referências centrais dessa matriz baseada na *literatura-documento*. De preferência essa voz deve desaparecer para não dificultar a identificação e o casamento (feliz ou não) entre o leitor/personagem.

Fazendo uma crítica elogiosa à Flaubert em *Madame Bovary* compara-se à sua escrita ao trabalho meticuloso do cirurgião: “- Maneja a pena como um bisturi”

Mas foi justamente essa paixão pela exatidão dos detalhes que levou o próprio Flaubert a confessar : “- Madame Bovary c’est moi”¹⁴

O caráter complexo da relação autor/obra misturando paixão pela realidade e “romantismo apaixonado” remete para os procedimentos distintos da literatura e da história.

Hoje a discussão epistemológica sobre as fronteiras vem avançando na elaboração das diferenças e singularidades. Reconhecemos as distinções entre o “escritor

de fatos” e o “escritor de ficção”. O romancista e o historiador atingem as mesmas verdades por caminhos diferentes. A linguagem impõe-se como o grande diferenciador da literatura. O alvo do romance não é examinar ou descrever a realidade, mas sim, a existência. E a existência não se traduz pelo que aconteceu, mas abre o campo das possibilidades humanas nas suas diferentes formas de estar e participar do mundo. O trabalho do literato é de outra natureza como observa tão acertadamente Milan Kundera: “O romancista não é nem historiador nem profeta: ele é um explorador da existência”

O filósofo ordena as ideias de acordo com uma ordem racional, o historiador narra os fatos recorrendo ao mesmo rigor, já o romancista não demonstra nem conta: ele recria o mundo. Embora tal ofício implique em relatar um acontecimento (nisso se assemelha ao historiador), a sua proposta não é contar exatamente o que se passou mas “reviver momentos com a sua gama infinita de percepções, emoções e sentimentos”¹⁵.

A razão de ser do romance é dizer aquilo que só ao romance cabe dizer. A ele compete lidar com a ambiguidade humana integrando confissão, autobiografia e ensaio filosófico. Os grandes temas existenciais estão expostos nas páginas da literatura.

Com Balzac descobrimos o enraizamento do homem na história; Flaubert

nos leva ao domínio incógnito cotidiano; Tolstoi nos lembra a intervenção do irracional no comportamento humano; já em Proust constatamos o inapreensível momento passado; e com James Joyce o inapreensível momento presente.¹⁶

Obras literárias são fundamentais para compreensão da historicidade e da ação, possibilitando aos leitores o choque do reconhecimento e a identificação. Expressando formas de ser e de atuar dos vários agentes sociais, os romances acessam novas subjetividades e sentidos enriquecendo a percepção de uma época. O caráter paradoxal da ação é uma das grandes descobertas do romance.

No estilo metafórico e irônico de *Esau e Jacó* (1904) Machado de Assis possibilita um descortino da compreensão da natureza humana em ação. Os conflitos entre os irmãos gêmeos começam no ventre materno e continuam na vida adulta quando se incompatibilizam na política (liberal e conservador) e no amor (se apaixonam pela mesma mulher). Traduzindo: nos conflitos da alma humana, a narrativa machadiana sensibiliza para a ambiguidade de que se reveste o regime republicano brasileiro. Mas essa relação (é importante fazer a ressalva) não se dá de forma imediata.

Os romances são tesouros ao propiciar chaves para o entendimento de uma época,

mas também são tesouros possivelmente traiçoeiros, como alerta Peter Gay. É mais condizente perceber o romance como interseção estratégica entre os indivíduos e a cultura expressando ideias e práticas sociais.¹⁷ Vários historiadores, dentre os quais, Peter Gay, vêm alertando contra a “tentação intelectual” de diluir limites entre ficção e realidade, privilegiando-se o registro da ficção.

Há muito, historiadores e romancistas vêm competindo pela representação da realidade. Imbuído pelo senso de realidade da sua escrita, Balzac declarou-se o “historiador do século XIX”. Fato é que a partir da sua obra, os personagens passaram a transitar em um tempo balizado por datas e acontecimentos que remetiam ao cotidiano da história.

Por sua vez, a história também se sensibilizou para alguns procedimentos literários. Marc Bloch, em *Os reis Taumaturgos* (1924) e Georges Lefevre, em *O grande medo de 1789*, interessaram-se pela eficácia simbólica das representações trabalhando nas desmistificações das narrativas que atribuíam poder aos reis da França e Inglaterra.

Na realidade, ocorreram trocas entre as disciplinas levando a um mútuo enriquecimento. Enfatizando essa perspectiva, Ginzburg lembra que Marc Bloch, em

Características originais da história rural francesa (1930), retomou de Flaubert a ideia de “*narração a rebours*” (dos de baixo, referente às camadas populares).¹⁸

Os historiadores absorveram algumas técnicas do romance transformando-os em dispositivos cognitivos na construção da sua narrativa. Paul Veyne sintetiza magistralmente essa ideia: “O historiador é capaz de fazer a história de um século caber na página de um livro”.¹⁹ Se na oficina do historiador é inegável a ingerência das subjetividades o fato não depõe contra as especificidades do seu trabalho. O envolvimento com a autoria é relativo, pois é mediado pelas fontes, sendo estas submetidas ao escrutínio e avaliação constantes. Se for possível haver história na ficção não pode haver ficção na história, adverte Peter Gay.

Essa observação nos remete para o interior da oficina do historiador lembrando-nos o aspecto artesanal da pesquisa. Idas ao arquivo, descoberta de novos personagens e acontecimentos implicando no esforço contínuo de articular e dar sentido às informações. É a elaboração das perguntas adequadas aos documentos que garante a eficácia do exercício crítico interpretativo.

A construção laboriosa ligando presente/ passado descortina sempre uma temporalidade múltipla inviabilizando a concepção da história como “ressurreição do

passado”. Cabe ao historiador lidar com essa temporalidade plural atravessada pelas contradições, ambiguidades e verdades relativas.

Acontecimentos históricos devem ser configurados em um quadro que contemple a relação de forças. Temos sempre um processo em curso, pois o campo da realidade social é frequentemente mais difuso e flexível do que se apresenta. Para pensá-lo é necessário avaliar a distância entre os sistemas de pensamento e seu funcionamento. Há sempre algo que não funciona, como uma areia na engrenagem e é essa areia que deve interessar ao historiador.

Se tomamos como ponto de partida a regra podemos nos iludir pensando que as coisas funcionam normalmente. Porém, se partimos daquilo que se configura como um problema, encontraremos também as regras.²⁰

Em *O queijo e os vermes* um dos problemas para o tribunal da inquisição que avaliava Menocchio (o moleiro considerado herege) era que as suas declarações não correspondiam a nenhuma das heresias correntes. Por isso os juízes estavam encontrando dificuldades em condená-lo. O desafio era entender a mente deste personagem e a cosmologia fantástica através da qual percebia o mundo.

Foi a partir de uma relação de livros a que o moleiro poderia ter tido acesso que

Ginzburg conseguiu trabalhar a questão. Na realidade, Menocchio fazia uma leitura do mundo de forma não programada e era a partir dela que elaborava suas ideias. Distintas formas de articular pensamento e sensações produzem culturas diferenciadas.

Na década de 1980, *O queijo e os vermes* significou um marco na discussão historiográfica; ajudou a rever o paradigma da verdade acenando a possibilidade de se trabalhar com o modelo cognitivo indiciário²¹.

Da mesma maneira que o “historiador chiffonier” (trapeiro) de Walter Benjamin, também nós compilamos sobre dejetos do passado transformando-os em novas montagens.

Busca-se reconstruir um tempo perdido, escoado. O desafio para o historiador não reside no fato de estar longe do passado, mas ser estrangeiro a ele. Para superar esse estranhamento é necessário perceber a coerência de outro universo temporal composto de significações passíveis de serem reconstruídas. É através da “energhea” que o historiador torna-se próximo e sensível há esse tempo. Neste sentido, pode-se dizer que o historiador também faz obra de ficção. Não se trata, porém de criar fabulações; recorre-se a procedimentos estilísticos para distinguir o tempo do acontecido do tempo da escrita. Reforçando essa perspectiva, Natalie Zenon observa que em determinadas ocasiões é

importante o historiador lançar mão de recursos literários marcando intervenção perante os acontecimentos. Mostrar, enfim, que a voz que agora fala é a dele próprio²²

No cenário da pós-modernidade, o campo da história foi um dos mais atingidos, dada a crescente complexidade dos sistemas de representação e de apreciação do mundo, inviabilizando as generalizações. Os princípios de diferenciação não mais se referiam ao grande universo das classes sociais; tornaram-se bastante diversos agrupando pessoas através de outros referenciais tais como geração, etnia, sexualidade, religião.

A referência do Estado-Nação deslocou-se para as *connected histories*. Mudaram os alvos investigativos priorizando-se a identificação das circulações, empréstimos e hibridações em um espaço mundializado.

O surgimento deste novo cenário deu-se em diálogo com as grandes propostas historiográficas oriundas dos *Annales*, da Antropologia Anglo Saxônica e também das reflexões de Michel Foucault.

A história cultural das sensibilidades se inspirou originalmente, na tradição historiográfica dos *Annales* baseada, sobretudo nas ideias de Braudel, Marc Bloch e Lucien Febvre. Um dos fundadores da revista *Annales*, Lucien Febvre, é destacado como um dos propulsores dessa corrente

historiográfica. Em 1941, em artigo programático propunha a elaboração das bases de uma história das sensibilidades priorizando o uso social dos sentidos.

Dialogando com tais historiadores e ressignificando suas ideias em função das profundas mudanças ocorridas no panorama historiográfico da década de 1970, um grupo de historiadores franceses vem mostrando-se particularmente afinado com essa discussão que privilegia os sentidos como uma das chaves interpretativas da organização social.

Nesta direção investigativa têm se destacado, dentre outros, os trabalhos de Allan Corbin, Arlette Farge, Jean Goulemot, e Daniel Roche. De distintas formas, chamaram atenção para a necessidade de historicizar sentimentos e emoções, entendendo que cada época cria códigos através dos quais expressa sua relação com o mundo e os seus semelhantes.

Na década de 1950, Lucien Febvre alertava para a necessidade de se refletir sobre o caráter social das emoções comparando o seu funcionamento ao das instituições. Capazes de associar pessoas em um sistema de incitações inter-individuais (diversificado em função das reações e sensibilidades), emoções pressupõem um acordo que suscitando mesmos gestos, envolvimentos e atitudes, conferem ao grupo segurança e poder de ação conjunta. Febvre rompia com

um paradigma historiográfico que psicologizava as emoções associadas até então à momentaneidade, personalismo, individualismo e subjetivismo. Alertando para o seu poder de contágio e de mobilização capaz de deflagrar ações coletivas, o historiador as reivindicava como dimensão necessária na história das instituições e das ideias ajudando a compreender o espírito de um determinado tempo.

Com o foco na questão da historicidade, Lucien Febvre apontou ainda outras direções de pesquisa, observando a necessidade de se fazer uma história do amor, da piedade, da melancolia e da tristeza. Desta forma trazia sentimentos e emoções para o terreno da história.²³

Este estudo do processo civilizatório como racionalização de comportamentos também surge nas reflexões de George Simmel e de Nobert Elias. Desnudando o fenômeno da autocontenção (e regras de controle das emoções) como uma das características da modernidade, tais estudos contribuíram decisivamente para a reelaboração dos referenciais da análise histórica. Os empréstimos e diálogos são complexos. Foi inspirando-se nos clássicos das ciências sociais, tais como Weber, Durkheim e Mauss, que os historiadores da nova história cultural elaboraram o conceito de representação. A partir daí passou-se a

perceber as identidades sociais na tensão entre as representações impostas e a consciência de pertencimento.²⁴ Apurava-se conceitualmente a dinâmica das subjetividades buscando-se entender como os indivíduos construía a consciência de si, dos outros e do mundo em torno. Compartilhados socialmente os sentimentos mobilizam energias participativas que frequentemente provocam acontecimentos ou redefinem os seus rumos.

Alain Courbin e Arlette Farge, cujos trabalhos se estruturam com base nas culturas populares dos séculos XVIII e XIX, tomam as práticas ordinárias como “lugares para a história”²⁵

No trabalho sobre os arquivos judiciais do século XVIII, Arlette Farge propôs uma nova chave interpretativa. Contrastando com os estudos de Michel Foucault que percebia tais fontes como instrumental de estudos sobre o controle, em *Le goût de l'archive*²⁶, reconsiderou o arquivo como uma “fala viva da história”. Interpretou o depoimentos dos réus, as palavras que proferiam diante do júri as formas como as organizavam e as elaboravam como percepções de vida.

Palavras podem ser comparadas aos eventos históricos expressando modo singular de pensamento e de ações, incidindo sobre o curso da vida. Concebidos desta forma os arquivos de polícia, traziam à cena uma

população que aparecera até então como desvio, estando quase sempre relacionada ao universo marginal da violência e do crime. Essa reavaliação das fontes através da qual se buscava atingir um novo estatuto heurístico em relação às subjetividades populares foi fundamental.

Basta lembrarmos a direção dos estudos historiográficos que contemplavam a cultura das elites e das camadas populares até então. As elites eram (e ainda são) estudadas a partir de suas subjetividades aferidas através de um vasto acervo memorialístico composto, dentre outros, de diários, cartas, fotos e álbuns de família. Em contraste, as camadas populares eram (e ainda são) abordadas como ser coletivo e indiferenciado nos seus sentimentos e emoções. Ao interpretar os arquivos filantrópicos e judiciais como visões de mundo e narrativas das camadas populares, Arlette Farge redimensionou o uso das fontes abrindo novas avaliações e entendimentos da época.

Inserida neste debate e dialogando de perto com os historiadores franceses, a historiadora Sandra Jathay Pesavento, através da sua vasta obra, contribuiu para as primeiras discussões sobre a história cultural no Brasil e especificamente sobre o tema da criminalidade das camadas populares. .

Em *Visões do cárcere e Os sete pecados da capital*, a historiadora abordou um

cotidiano anônimo de Porto Alegre, no início do século XX. Trabalhando com o tema do crime e das transgressões, explorando a trama das narrativas, a composição de personagens e recepção na imprensa, a historiadora traduziu dimensões inusitadas do passado urbano da metrópole gaúcha. Uma cidade se constrói de múltiplas outras. Na vida sombria dos personagens do submundo é possível interpretar outras lógicas de sentido, de pertencimento e de valores traduzindo sensibilidades sociais inusitadas.

Marcadas pela tradição epistemológica do pensamento ocidental, as ciências humanas ainda experimentam profundo desconforto em lidar com outras chaves do saber além daquelas circunscritas à mente e ao espírito. A inclusão do corpo e dos sentidos (visão, audição, odor, tato, paladar) como visões de mundo e modalidades comunicativas vem sendo discutida desde Platão e Aristóteles.²⁷ Embora sem ter explorado a temática em termos teórico metodológicos, vários autores se interessaram por temas referentes à história dos sentidos, destacando a emissão e recepção das mensagens sensoriais. Michelet, por exemplo, trabalhou o som dos sinos nas cidades de Flandres na Idade Média e as novas sensações despertadas pelo tabaco e café. Entender as disciplinas e normas que regem o uso dos sentidos determinando o que é lícito ver, escutar, sentir, provar e tocar,

ajuda a entender a historicidade de uma época traduzindo uma hierarquia de sentidos que consagra e exclui valores.

Uma das questões centrais da história das sensibilidades se refere à articulação entre a apreciação coletiva e a individual incluindo-se os valores que a organizam, as considerações sociais que a determinam e os modos e lógicas que a envolvem. Essa percepção da história traduz uma nova leitura do passado e das memórias a partir do momento em que sensações e emoções entram para o domínio do imaginário social.

Em *O som e a voz*, Paul Zunthor enfatizou o valor material da voz nas gestas medievais destacando a sua interferência na construção dos sentidos. A vocalidade adquire existência espacial e não temporal como se supunha. O autor contribuiu para uma nova visão da cultura ao mostrar que a materialidade não constituía algo menor ou subordinado; pausas e inflexões expressavam significados expressivos nas canções medievais.

Consagrado como “historiador do sensível”, Allain Courbin²⁸ trouxe à luz um conjunto de comportamentos, percepções e códigos estéticos através dos quais explorou outras inteligibilidades da memória. Trabalhando com os arquivos de prefeituras do interior da França observou que durante muitos séculos os campanários das igrejas

compunham uma paisagem sonora que organizava a sociedade dos camponeses. Pela forma de se tocar os sinos produziam-se informações sonoras que desencadeando sociabilidades mobilizavam ações coletivas. Perceber acontecimentos sociais a partir de um código que priorizava o universo auditivo possibilitou refinar a discussão da historicidade. Entender as referências e os signos que organizam as diferentes épocas produzindo práticas, assim também como entender o seu deslocamento através do tempo permitiu um novo olhar sobre os acontecimentos históricos.

Ao historiador cabe buscar o entendimento da condição humana na sua complexidade de comunicação e expressões idiossincráticas. Percepções cotidianas não constituem fato isolado, pois interferem nos episódios que moldam as relações entre indivíduo e sociedade. A história de uma organização social referenciada pela percepção auditiva pode conectar-se à história da revolução francesa.

Nas suas reflexões sobre a paisagem sonora Alain Courbin nos mostra que os sinos nas aldeias camponesas começaram a perder a função cognitiva organizacional com a revolução francesa que, buscando garantir a homogeneização do tempo, impôs a disciplinização das percepções sensoriais.²⁹

Em termos da história do Brasil considero extremamente procedentes as contribuições da história das sensibilidades, ajudando a entender a multiplicidade de sentidos que fundamenta as bases da cultura brasileira.

O caráter precário da nossa modernidade excluindo a maior parte da população dos canais formais de sociabilidade, nos remete para outras lógicas e redes participativas. Nas culturas populares o corpo traduzia valores muito próprios, sendo alguns deles considerados invioláveis. Neste sentido, alguns estudos chamaram atenção para o episódio da Revolta da Vacina (1904) como reação popular ao que se considerava como uma intrusão do poder público nas formas de gerenciar a vida doméstica³⁰. A ideia do corpo como objeto de políticas públicas era difícil de ser assimilada em uma cultura que o representava como guarda de tradições e memórias responsáveis por valores, hábitos e comportamentos.

Transplantados para o Brasil, os valores da cultura africana emprestaram contornos específicos à nossa cultura, moldando fortemente percepções cotidianas referentes à concepção do tempo e do espaço. Essas percepções geraram formas muito próprias de se conceber a família, moradia, trabalho e lazer. Os sentidos ganham dimensão referencial. Na virada do século XX, começa

a ser negociada a ideia de um corpo brasileiro, entendido como mulato e baiano. Nas manifestações culturais e políticas ele assume crescente centralidade.³¹ Traduzindo novas percepções da cultura brasileira, a história das sensibilidades oferece chaves interpretativas inovadoras sobre a questão da memória no que se refere à relação do corpo e da cultura. A complexidade do imaginário social brasileiro demanda novas invenções e chaves interpretativas.

Inventar a realidade é uma atividade exigente nos lembra Peter Gay. A observação vale tanto para o historiador quanto para o literato. O romancista necessita de competência na criação dos seus temas e personagens. Dosar informações extraídas da vida social, da arte e da psicologia individual é trabalho que requer capacidade interpretativa e erudição. Como o romancista, o historiador também se aproxima de outro universo de pensamento ao qual não pertence. Esse é um dos vínculos ligando a história e a literatura .

Da mesma forma que os clássicos da literatura nos remetem à enigmas que resistem às interpretações através do tempo como Hamlet e D. Quixote, a história não abriga mais a garantia das certezas. Podemos extrair a verossimilhança com o acontecido através de verdades aproximativas.

No cenário conturbado da pós-modernidade onde a razão deixou de reger as vidas como outrora o fazia, passamos decididamente a experimentar a história como exercício de passagens e não mais *démarche* teleológica e triunfante.

Refletindo sobre a história dos acontecimentos Braudel³² comparou-a à um espetáculo de vagalumes:

“Sua pálida luz brilha, desaparece, volta a brilhar sem penetrar na noite com uma verdadeira luz. O mesmo acontece com os eventos para além do brilho, a escuridão predomina”.

Tal como o observador da noite o historiador frente ao acontecido também lida com o efêmero, o deslocamento e as incertezas. Porém, talvez hoje não nos sintamos mais tão ameaçados por estarmos “à beira da falésia” ou vivendo intervalos de luzes no breu da noite .

Almejando a recomposição de passados o historiador vem refinando a sua interpretação da realidade como processo sócio histórico marcado pela coexistência tensa de diferentes mundos e códigos simbólicos. Se lhe cabe examinar o que aconteceu, não ambiciona mais o inventário dos fatos e a reconstituição da cena tal como se passou. Aprendendo a lidar com a ambivalência, ambiguidades e paradoxos da condição humana, o historiador vem se empenhando em novas direções de trabalho

sensibilizando-se para a percepção da existência social como campo de possibilidades. Compreender os indivíduos e a complexidade dos seus mundos na trama social como “possibilidades”, é passo decisivo na operacionalização da história como conjunto de verdades aproximadas.

Em um universo marcado pelo deslocamento constante das fronteiras o historiador deve manter viva atenção aos recursos documentais, promovendo adequação constante entre o exercício crítico e a criatividade, evitando-se a “tentação do ficcional”. No cenário cultural da pós-modernidade marcado pela fragmentação social e necessidade de afirmação e justificação de identidades construídas/reconstruídas, essa operação de submeter construções interpretativas a critérios de validação ganha dimensão inusitada.

Como discurso de representação do real, integrando as construções da ficção e da memória, a história hoje já dispõe de recursos epistemológicos capacitando-a a enfrentar algumas mudanças impostas pelo cenário da globalização.

¹ Texto referente à palestra proferida na Aula Inaugural do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Curso de História e Curso de Letras no UNILASALLE Canoas (RS) em setembro/2011.

² Pierre NORA. *Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux*. In : Pierre NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, [1984]._Vol 1 *La République*. pp. VII a XLII. p. XXIV.

³ ECO, Humberto e CARRIÈRE, Jean *Nadie acabará com los libros*. Buenos Aires, Lúmen, 2010 (Entrevistas de Jean-Philippe Tonnac)

⁴ ECO, Humberto e CARRIÈRE, Jean op. Cit. p 135

⁵ A argumentação é de Francisco Falcon no prefácio à tradução brasileira da obra de Boutier, Jean e Dominique Julia *Passados recompostos, campos e*

História, literatura e memória: uma discussão sobre universos fronteiriços

Mônica Pimenta Velloso

canteiros da história Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1998.

⁶WHITE, Hayden. *Metahistory ; the historical imagination in nineteenth century Europe*. Baltimore London, 1973 e *The fictions of factual representations* In: *The literature of facts* . New York : Columbia University Press, 1976. WHITE, Hayden. *Meta história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992 e WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp 2001.

⁷Goulemot, Jean-Marie *Da leitura como produção de sentidos* In: CHARTIER, Roger (org) *Práticas de leitura* . São Paulo, Estação das Letras, 2001.

⁸ A reflexão sobre as revistas como fonte historiográfica possibilitando o entendimento de outras formas de leitura está desenvolvida em Velloso, Monica Pimenta *As distintas retóricas do moderno*. In: *O moderno em revista: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro, Faperj/Garamond, 2010 (com Oliveira, Claudia e LINS, Vera)

⁹ Sobre a questão pesquisar o trabalho de CASCUDO, Luis Câmara *Dom Quixote no folclore do Brasil* In: *Revista de diactologia y tradiciones populares* . Madrid , Consejo Superior de Investigaciones Científicas , 1976. Esse tema foi desenvolvido em VELLOSO. Monica Pimenta *Modernismo no Rio de Janeiro*, turunas e quixotes. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

¹⁰ MANGUEL, Alberto. *A cidade das palavras; histórias que contamos para saber quem somos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

¹¹ MANGUEL, Alberto op. cit. p 103

¹² Uma discussão do realismo na sua historicidade pode ser encontrada em GAY, Peter GAY, Peter. *Represálias Selvagens: realidade e ficção na Literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo : Companhia das Letras, 2010 e BARTHES, Roland; HAMON, Phillippe ; RIFFATERRE, M. In: *Literatura e realidade - que é o realismo?* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

¹³ Essa discussão foi desenvolvida por mim em *A Literatura como Espelho da Nação* In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC, vol. 1, n. 2, 1988, p.239-263.

¹⁴ GAY, Peter op. cit. 72-74

¹⁵ A distinção entre vários campos de conhecimento marcando especificidades do discurso literário está na reflexão clássica desenvolvida por PAZ, Otavio *O arco e a lira* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

¹⁶ KUNDERA, Milan *A Arte do romance*. São Paulo, Companhia do bolso, 2009

¹⁷ KUNDERA, Milan *A Arte do romance*. São Paulo, Companhia do bolso, 2009.

¹⁸ Ginzburg, Carlo. *De prés e de loin , des rapports de forces em histoire* In: *Um Seul témoin* Paris, Vacarmwe/Bayard, 2007.

¹⁹ VEYNE, Paul *Como se escreve a história* Brasília , UNB, 1982. p 11

²⁰ GINZBURG, Carlo. *Um Seul témoin*. Paris, Bayard, 2007

²¹ Essa reflexão foi desenvolvida mais tarde pelo autor em *Mitos emblemas e sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

²² Estas ideias estão expostas em GINZBURG, Carlo *Le fils et les traces e Davis, Natalie Zemon* [entrevista]. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

²³ FEBVRE, Lucien *La sensibilité et l 'histoire ; comment reconstituer la vie affective d 'autrefois?* In: CHARTIER, Roger Duby, George; FEBVRE, Lucien; Francastel, Pierre et Mandrou, Robert . *La sensibilité et l 'histoire* Paris, (Collection Imago Mundi) , 1987. p 95-112

²⁴ Chartier , Roger *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

²⁵ Esse é o título de uma das obras de Arlette Farge recentemente traduzida no Brasil *Lugares para a história*(tradução de Fernando Scheibe) Belo Horizonte : Autêntica editora, 2011 (Coleção História e Historiografia, 3. / coordenação Eliana de Freitas Dutra) .

²⁶ FARGE, Arlette *Le goût de l'archive* Paris, Éditions du. Seuil, 1997.

²⁷ Uma spanorâmica da discussão sobre o campo da história das sensibilidades pode ser encontrada em PESAVENTO. Sandra *Sensibilidades : escrita e leitura da alma* In: Pesavento, Sandra e Langue, Frederique *Sensibilidades na História : memórias singulares e identidades sociais* Porto alegre, editora da UFRGS, 2007.

²⁸ Coubin, Alain *Historien du sensible* Paris, La Découverte, 2001.

²⁹ Courbin, Alain *Historien du sensible* Paris, La Découverte, 2001. Ver em especial “Ce que dissent les cloches” op. cit. p 103- 125.

³⁰ Carvalho, José Murillo de *Brasil 1870- 1914: a força da tradição*. In: *Pontos e bordados escritos de história e política* Belo Horizonte, UFMG , 1998. p 107- 129 e Sevcenko, Nicolau. *A revolta da Vacina; mentes insanas e corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1983 (reeditado em 2010 pela Cosac Naif)

³¹ Sobre o tema ver os trabalhos de : Gomes, Tiago de Melo Gomes e Seigel , Micol. *Sabina das Laranjas: gênero, raça e nação na trajetória de um símbolo popular, 1889-1931*. In: *Revista Tempo*, Departamento de História, UFF, vol.1, n.1, p. 67-93, 1996; Velloso, Monica Pimenta - *as tias baianas tomam conta do pedaço Espaço e identidade cultural*

História, literatura e memória: uma discussão sobre universos fronteiriços

Mônica Pimenta Velloso

no RJ. In: Estudos Históricos, 3 (6), Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1990. e A invenção de um corpo brasileiro In: *Música e História o longo século XX* In: Abreu, Martha de; Lopes, Antonio Herculano; Velloso, Monica Pimenta (org) Rio de Janeiro, FCRB, 2011.

³² Braudel, Fernand. *Ecrits sur l'histoire*. Chicago, 1980 cit por Burk, Peter. A escola dos Annales; a revolução francesa da historiografia. São Paulo, Unesp, 1997. p 47-48.